

Condições para a importação de géneros alimentícios de origem não animal no âmbito da segurança dos alimentos

1. Base legal e instruções nacionais

- [Regulamento \(UE\) 2017/625](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março.
- [Regulamento Delegado \(UE\) 2024/2104](#) da Comissão, de 27 de junho.
- [Manual de Procedimentos de Desalfandegamento Vs. Segurança da Cadeia Alimentar \(DMSeCA\)](#).

2. Descrição do regime

Em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro de 2002, entende-se por género alimentício (ou alimento para consumo humano), qualquer substância ou produto, transformado, parcialmente transformado ou não transformado, destinado a ser ingerido pelo ser humano ou com razoáveis probabilidades de o ser. Assim sendo, os géneros alimentícios caracterizam-se por se tratar de alimentos para consumo humano, podendo ter **origem não animal (GAONA)** ou origem animal (GAOA).

No âmbito desta ICI consideram-se “produtos alimentares frescos” as frutas e vegetais frescos, refrigerados e congelados.

O âmbito da presente ICI é referente às condições de importação de géneros alimentícios de origem não animal (GAONA).

De acordo com o Regulamento (UE) n.º 2017/625 do Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de março, as Autoridades Competentes dos Estados-Membros efetuam regularmente, com base no risco e com uma frequência adequada, controlos oficiais regulares para verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos no n.º 2, do artigo 1.º, do citado regulamento, em mercadorias que entrem na União.

Por decisão da autoridade nacional competente que coordena o controlo oficial dos géneros alimentícios de origem não animal, **os controlos oficiais no âmbito da segurança dos alimentos incidem sobre os géneros alimentícios de origem não animal declarados para introdução em livre prática ou para introdução em livre prática e consumo, independentemente de se apresentarem acondicionados ou a granel.**

Estão excluídas do controlo oficial, sem prejuízo do disposto na [IC047](#) relativa aos controlos fitossanitários:

- As remessas de géneros alimentícios, a bordo de meios de transporte que efetuem transportes internacionais, que não sejam descarregados e se destinem a ser consumidos pela tripulação e pelos passageiros;
- As remessas de frutas e vegetais frescos, refrigerados e/ou congelados com peso bruto inferior ou igual a 50 kg e de outros produtos com peso bruto inferior ou igual a 10 kg que sejam enviadas como amostras comerciais, amostras laboratoriais, artigos de exposição ou remessas destinadas a fins científicos, que não se destinem a ser colocados no mercado;

Condições para a importação de géneros alimentícios de origem não animal no âmbito da segurança dos alimentos

- As remessas de frutas e vegetais frescos, refrigerados e/ou congelados com peso bruto inferior ou igual a 5 kg e de outros produtos com peso bruto inferior ou igual a 2 kg:
 - que façam parte das bagagens pessoais dos passageiros e se destinem ao seu consumo ou uso pessoal;
 - não comerciais enviadas a pessoas singulares que não se destinem a ser colocadas no mercado.

Em caso de dúvida quanto à utilização prevista dos géneros alimentícios o ónus da prova cabe ao proprietário da bagagem pessoal ou ao destinatário da remessa.

- As remessas de suplementos alimentares identificados na ICI 039.

3. Entidades intervenientes

- Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), através das estâncias aduaneiras onde são cumpridas as formalidades aduaneiras de importação.
- Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), serviços competentes das Regiões Autónomas (adiante RA), representados nos Postos de Controlo Fronteiriços (PCF) e/ou Pontos de Entrada.

4. Descrição dos procedimentos a observar

A fim de permitir a realização atempada, por parte da DGAV e dos serviços competentes das RA, dos controlos oficiais necessários, compete aos operadores económicos fornecer a estas entidades todas as informações necessárias para o efeito, em tempo útil (em regra, quarenta e oito horas e no mínimo, um dia útil antes da chegada ou de pelo menos quatro horas antes, quando as restrições logísticas impedem a conformidade com limite de tempo).

Os procedimentos inerentes à notificação prévia e realização do controlo oficial decorrem através do TRACES-NT (Sistema Informático Veterinário Integrado – Nova Tecnologia), conforme informação disponível em:

<https://www.dgav.pt/comerciointernacional/conteudo/importacao-de-paises-terceiros/generos-alimenticios-origem-nao-animal>

Na sequência do controlo oficial, os Postos de Controlo Fronteiriços (PCF) validam a Notificação de Chegada/*Notification of Arrival*, a que corresponde a sigla inglesa **NOA**, ou o Documento Sanitário Comum de Entrada/Common Health Entry Document (DSCE-D/**CHED-D**) onde é indicado o tipo de controlo a que as mercadorias foram sujeitas, bem como a indicação de rejeição, no caso de não conformidades.

Este DSCE-D **apenas** é emitido para mercadorias ao abrigo das seguintes disposições legais:

- **Decisão de Execução n.º 2011/884** da Comissão, de 22 de dezembro de 2011, relativa a medidas de emergência no que se refere ao arroz

Condições para a importação de géneros alimentícios de origem não animal no âmbito da segurança dos alimentos

geneticamente modificado não autorizado em produtos à base de arroz originários da China e que revoga a Decisão 2008/289/CE;

- **Regulamento de Execução (UE) 2020/1158** da Comissão, de 5 de agosto de 2020 relativo às condições de importação de géneros alimentícios e alimentos para animais originários de países terceiros na sequência do acidente ocorrido na central nuclear de Chernobyl;
- **Regulamento (UE) n.º 284/2011** da Comissão, de 22 de março de 2011, que fixa as condições específicas e os procedimentos pormenorizados para a importação de objetos de matéria plástica de poliamida e melamina para cozinha originários ou provenientes da República Popular da China e da Região Administrativa Especial de Hong Kong, China;
- **Regulamento de Execução (UE) 2019/1793** da Comissão, de 22 de outubro de 2019, relativo ao aumento temporário dos controlos oficiais e às medidas de emergência que regem a entrada na União de determinadas mercadorias provenientes de certos países terceiros, que dá execução aos Regulamentos (UE) 2017/625 e (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga os Regulamentos (CE) n.º 669/2009, (UE) n.º 884/2014, (UE) 2015/175, (UE) 2017/186 e (UE) 2018/1660 da Comissão.

Para as restantes mercadorias abrangidas por esta ICI, passa a ser obrigatório a emissão da Notificação de chegada, **NOA**, que é o Documento Sanitário que autoriza a importação na União de determinadas mercadorias que entram na União e às quais não se aplicam os artigos 47.º e 48.º do Regulamento (UE) 2017/625.

A declaração aduaneira só terá autorização de saída após ter sido emitido o DSCE-D ou NOA devidamente validado pelos serviços competentes.

Caso o DSCE-D/CHED-D diga respeito à totalidade do peso líquido declarado numa adição da declaração (um certificado para cada adição), caso se trate do regime de introdução em livre prática e consumo (código de regime 40) e o número do certificado seja corretamente averbado na declaração aduaneira, haverá a validação automática do certificado, não sendo necessário apresentá-lo fisicamente na estância quando ocorra essa validação automática.

No que respeita à Notificação de Chegada – NOA, o número do certificado deve ser corretamente averbado na declaração aduaneira, no entanto não haverá a validação automática do certificado, sendo necessário apresentá-lo fisicamente na estância quando ocorra essa validação automática.

Para o efeito, o número do DSCE-D ou NOA deve ser corretamente averbado no campo correspondente à casa 44 da respetiva adição da declaração aduaneira, devendo obedecer à estrutura definida no TRACES-NT, a qual se indica: TIPO DE DOCUMENTO. CÓDIGO DO ESTADO MEMBRO EMISSOR DO CERTIFICADO.ANO.NÚMERO DO CERTIFICADO (exemplo CHEDD. PT.2025.0012345 ou NOA.PT.2025.0012345).

No processamento da declaração de introdução em livre prática e no consumo, deverá indicar-se na **casa 44 da "Declaração aduaneira de importação"** um dos seguintes códigos:

- **"NOTP"** (com a respetiva data) e **C678** (mas sem a aposição de qualquer n.º ou data), no caso do **DSCE-D/CHED-D** ainda não se encontrar validado aquando da aceitação da declaração aduaneira.

Condições para a importação de géneros alimentícios de origem não animal no âmbito da segurança dos alimentos

- **"NOTP"** (com a respetiva data) e **C646** (mas sem a aposição de qualquer n.º ou data), no caso do **NOA** ainda não se encontrar validado aquando da aceitação da declaração aduaneira.
- **"NOTP"** (com a respetiva data) e **C678** (com n.º e data), no caso do DSCE-D/CHED-D já ter sido emitido.
- **"NOTP"** (com a respetiva data) e **C646** (com n.º e data), no caso do NOA já ter sido emitido.
- O **código 3Y19**, quando a mercadoria em causa não estiver abrangida pelo regime previsto na presente ICI.
- O **código Y978**, quando se trata de mercadorias abrangidas pela presente ICI, mas estão nas condições enumeradas no n.º 3 do artigo 1.º do Regulamento (UE) 2019/1793.

5. Códigos pautais

Os códigos pautais abrangidos pela presente informação complementar são os seguintes:

0701 90 10	0712 34	0810 60
0701 90 50	0712 39	0810 70
0701 90 90	0712 90 05	0810 90 20
ex 0702	0712 90 19	0810 90 75 20
ex 0703 10 19	0712 90 30	0810 90 75 30
ex 0703 10 90	0712 90 50	0810 90 75 50
ex 0703 20	0712 90 90	0810 90 75 60
ex 0703 90	0713 10 90	0810 90 75 90
ex 0704	ex 0713 20	0811
ex 0705	ex 0713 31	0812
ex 0706	ex 0713 32	0813
ex 0707 00 05	ex 0713 33 90	0814
0707 00 90	ex 0713 34	ex 0901 11
ex 0708	0713 35	ex 0901 12
ex 0709 20	0713 39	0901 21
ex 0709 30	ex 0713 40	0901 22
ex 0709 40	0713 50 00 90	0901 90 90
0709 51	0713 60	0902 10
ex 0709 52	0713 90 00 90	ex 0902 20
ex 0709 53	0714 10	0902 30
ex 0709 54	0714 20	0902 40
ex 0709 55	0714 30	0903
ex 0709 56	0714 40	ex 0904 11
0709 59	0714 50	0904 12
ex 0709 60 10	0714 90 20	0904 21
ex 0709 60 99	0714 90 90	0904 22
ex 0709 70	0801	0905
ex 0709 91	0802	0906
0709 92	0803	0907
ex 0709 93	0804	0908
ex 0709 99 10	0805	ex 0909 21
ex 0709 99 20	0806	0909 22
0709 99 40	ex 0807 11	ex 0909 31
ex 0709 99 50	ex 0807 19	0909 32
ex 0709 99 60	0807 20	ex 0909 61
ex 0709 99 90	0808	0909 62
0710	0809	0910 11
0711 90	0810 10	0910 12
0712 20	0810 20	0910 20
0712 31	0810 30	0910 30
0712 32	0810 40	0910 91 05
0712 33	0810 50	0910 91 10

Última atualização: 2025-09-15

Condições para a importação de gêneros alimentícios de origem não animal no âmbito da segurança dos alimentos

0910 91 90	ex 1202 42	1513 29 19
ex 0910 99 10	ex 1203	1513 29 50
0910 99 31	ex 1204 00 90	1513 29 90
0910 99 33	ex 1205 10 90	ex 1514 11 90
0910 99 39	ex 1205 90	1514 19 90
0910 99 50	1206 00 91	1514 91 90
0910 99 91	ex 1206 00 99	1514 99 90
0910 99 99	ex 1207 10	1515 11
ex 1001 19	ex 1207 29	ex 1515 19 90
ex 1001 99 00 13	1207 40 90	ex 1515 21 90
ex 1001 99 00 15	ex 1207 50 90	1515 29 90
ex 1001 99 00 40	ex 1207 70	1515 30 90
ex 1001 99 00 50	1207 91 90	1515 50 19
1001 99 00 60	ex 1207 99 91	1515 50 99
1001 99 00 92	1207 99 96	1515 60 51
1001 99 00 94	ex 1208	1515 60 59
1002 90	ex 1210 10 00 90	1515 90 11
1003 90	ex 1210 20 10 90	1515 90 51
1004 90	ex 1210 20 10 99	ex 1515 90 59
ex 1005 90	ex 1210 20 90 90	ex 1516 20 91
1006 10 30	ex 1210 20 90 99	ex 1516 20 96
1006 10 50	ex 1211 20	ex 1516 20 98
1006 10 71	ex 1211 60 00	ex 1516 30 91
1006 10 79	ex 1211 90 86 20	ex 1516 30 98
1006 10 90	ex 1211 90 86 30	1517 10 10
1006 20	ex 1211 90 86 90	1517 10 90 10
1006 30	ex 1212 21	ex 1517 10 90 90
1006 40 00 10	ex 1212 92	1517 90 10
ex 1006 40 00 90	ex 1212 93	1517 90 91
1007 90	ex 1212 94	ex 1517 90 93
1008 10	ex 1212 99 95	1517 90 99 30
1008 29	ex 1214	ex 1517 90 99 90
ex 1008 30	ex 1301	1701 12
ex 1008 40	ex 1302 11	1701 13
1008 50	ex 1302 12	1701 14
ex 1008 60	ex 1302 13 00 10	1701 91
ex 1008 90	ex 1302 13 00 90	1701 99 10
1101	ex 1302 19 05	ex 1701 99 90
1102	ex 1302 19 70	1702 11
ex 1103	ex 1302 20 90	1702 19
1104 12 10	ex 1302 31	1702 20
ex 1104 12 90	ex 1302 32	1702 30 10
ex 1104 19 10	ex 1302 39	ex 1702 30 50
1104 19 30	1507 10 90	1702 30 90
ex 1104 19 50	1507 90 90	1702 40
1104 19 61	1508 10 90	1702 50
ex 1104 19 69	1508 90 90	1702 60
ex 1104 19 91	1509	1702 90 10 10
ex 1104 19 99	1510	1702 90 30
1104 22	ex 1511 10 90	1702 90 50
ex 1104 23	1511 90 11	1702 90 71
1104 29	1511 90 19 90	1702 90 75
ex 1104 30 10	1511 90 99	1702 90 79
1104 30 90	1512 11 91	1702 90 80
1105 10	1512 11 99	ex 1702 90 95
ex 1105 20	1512 19 90	ex 1703
ex 1106 10	1512 21 90	ex 1704
1106 20	1512 29 90	1801
1106 30	1513 11 91	1803
ex 1107 10	1513 11 99	1804
1107 20	1513 19 11	ex 1805
1108 11	1513 19 19	ex 1806
ex 1108 12	1513 19 91	ex 1901
1108 13	1513 19 99	ex 1902 19
1108 14	1513 21 30	ex 1902 20 91
ex 1201 90	1513 21 90	ex 1902 20 99
ex 1202 41	1513 29 11	1902 30 10 10

Última atualização: 2025-09-15

Condições para a importação de géneros alimentícios de origem não animal no âmbito da segurança dos alimentos

1902 30 10 20	2202 10	ex 2834 29 80
ex 1902 30 10 80	2202 91	ex 2835 25
ex 1902 30 90	2202 99 11	ex 2835 26
ex 1902 40	2202 99 15	ex 2835 29 30
1903	2202 99 19	ex 2835 31
ex 1904 10	ex 2202 99 91	ex 2836 20
ex 1904 20	ex 2202 99 95	ex 2836 30
1904 30	ex 2202 99 99	ex 2836 40
ex 1904 90	ex 2203	ex 2836 50
ex 1905 10	ex 2206	ex 2836 99 11
ex 1905 20	2208 30	ex 2839
ex 1905 31	2208 40	ex 2842 10
ex 1905 32	2208 50	ex 2905 32
ex 1905 40	2208 60	ex 2905 45
ex 1905 90	2208 70	ex 2906
2001	2208 90 11	ex 2907
ex 2002	2208 90 78	ex 2909
2003	ex 2208 90 69	ex 2912
ex 2004 10 91	ex 2208 90 91	ex 2914 50
ex 2004 10 99	ex 2208 90 99	ex 2915 21
2004 90 10	ex 2209 00 91	ex 2915 40
2004 90 30	ex 2209 00 99	ex 2915 50
2004 90 50	ex 2302 40 02	ex 2915 70 40
2004 90 98	ex 2302 40 08	ex 2916 39 10
ex 2005	ex 2404 91 10	ex 2918 11
2006	ex 2501 00 31	ex 2918 12
2007	ex 2501 00 91	ex 2918 13
ex 2008	ex 2501 00 99	ex 2918 14
2009	ex 2507 00 20	ex 2918 15
ex 2101	ex 2510	ex 2918 16
2102 10	ex 2519 10	ex 2918 17
ex 2102 20 11	ex 2519 90 10	ex 2918 18
ex 2102 20 19	ex 2809	ex 2918 19 40
2102 20 90	ex 2811	ex 2921
2102 30	ex 2821 10	ex 2922 41
ex 2103	ex 2827 20	ex 2922 42
ex 2104	ex 2827 31	ex 2925 11
ex 2105	ex 2832 10	ex 3203 00 10
ex 2106 10	ex 2832 20	ex 3301
ex 2106 90 20	ex 2833 11	ex 3302 10
2106 90 30	ex 2833 19	ex 3504 00 90
ex 2106 90 51	ex 2833 22	ex 3505 10
2106 90 55	ex 2833 25	ex 3507
2106 90 59	ex 2833 29 20	ex 3824 99 55
ex 2106 90 92	ex 2833 29 80	ex 3913 90 00 99
ex 2106 90 98	ex 2833 30	
ex 2201	ex 2834 21	

6. Contacto

Para aplicação destas normas e esclarecimentos de eventuais dúvidas, indica-se o seguinte contacto:

AT /Direção de Serviços de Regulação Aduaneira - DSRA

E-mail : dsra@at.gov.pt

AT/ Direção de Serviços de Tributação Aduaneira - DNGP

E-mail : dsta@at.gov.pt

Postos de Controlo Fronteiriço da Direção Geral de Alimentação e Veterinária – DGAV e Serviços similares das Regiões Autónomas

PCF List FNAO and FCM and-BIO Portugal update 2023 08 30.pdf (dgav.pt)

Condições para a importação de géneros alimentícios de origem não animal no âmbito da segurança dos alimentos

Direção Geral de Alimentação e Veterinária – DGAVE-mail: perguntas.dsna@dgav.pt

Telefone: 213613257

Direção Regional de Agricultura - Região Autónoma da Madeira

Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária

Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses, 23 - 2.º andar

9000-054 FUNCHAL

Telef.: +351 291 201790 Fax: +351 291 233156

E-mail: dsav.dra.srap@madeira.gov.pt**Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural - Região Autónoma dos Açores**

Direção Regional da Agricultura | Direção de Serviços de Agricultura

Quinta de S. Gonçalo

9500-343 PONTA DELGADA

Tel: +351296 204 350 Fax: +351296 653 026

E-mail: info.dsa@azores.gov.ptWebsite: <http://www.azores.gov.pt>